
RELATÓRIO
CONDOMÍNIO VOLUNTÁRIO PRO INDIVISO ORIENTE CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA
atualizado em 13 de outubro de 2021

1. PROCESSO Nº 0001382-70.2014.8.19.0054

Comarca de São João de Meriti - 3ª Vara Cível

Autor: ORIENTE CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA

Réu: MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DE MERITI

Ação distribuída em 16/01/2014

Principal (valor originário)..... R\$ 684.298,05.

Principal (valor atualizado em 21/07/2021, com inclusão das custas): R\$ 2.685.743,74

Apelação do Município julgada improcedente e Apelação da Oriente, procedente. O Município interpôs Recurso Especial, que foi inadmitido. Agravou, mas foi mantida decisão e determinada remessa ao STJ, em junho/2020, o que somente ocorreu em 14/01/2021 (AREsp 1820648/RJ). Em 30/03/2021, o STJ não conheceu do agravo interposto pelo Município de São João de Meriti (public. 06/04/2021). Em 20/05/2021 baixa definitiva. Após processo chegar ao TJ, foi informada a cessão de crédito ao Condomínio e requerida expedição dos precatórios (valor R\$ 2.685.743,74, sendo 95% a favor do Condomínio e 5% para os advogados), juntada em 27/07/2021. Em 11/08/2021 foi determinada a intimação do Município n/f do art. 535, do CPC. **O Município foi intimado em 21/09/2021. Aguardando o prazo de 30 dias que a Fazenda Pública tem para impugnar a execução.**

2. PROCESSO Nº 0036762-76.2015.8.19.0004

Comarca de São Gonçalo - 8ª Vara Cível

Autor: ORIENTE CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA

Réu: MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO

Ação distribuída em 28/08/2015.

Principal (Valor Originário) R\$ 2.938.864,18

Valor do precatório expedido em jun/2021 R\$ 5.309.194,91

Cumprimento de sentença: *apresentada memória de cálculo totalizando R\$ 6.506.597,82. O Município impugnou os cálculos reconhecendo o valor de R\$ 5.910.519,93. A Exequente refez os cálculos encontrando o valor de R\$ 6.431.947,53 (devido à aplicação de juros de poupança inferiores a 0,5 % em alguns meses).* O Município se manifestou em 25/08/2020, requerendo a remessa dos autos ao contador. Em 06/10/2020 determinada remessa ao contador. Em 12/01/2021, o contador requereu que o Juízo definisse os índices a serem utilizados (correção monetária, juros, percentual e termo inicial), tendo o Juízo determinado o retorno ao Contador com a observação de que deverá efetuar os cálculos observando o determinado no acórdão. Em 22/01/2021 peticionamos requerendo que o cálculo de atualização fosse com a aplicação dos índices do IPCA-E a partir da lei 11.960/2009 e novamente foi determinada remessa ao contador. Em 28/04/2021 foi requerida a expedição de precatório referente a parte incontroversa, de forma que possa ser dada entrada até o dia 30/06/2021, sob pena de ficar para o próximo ano. Foi acolhido pelo Juízo o pedido de expedição do precatório referente à parte incontroversa, sendo o principal no valor de R\$ 5.588.262,12 e dos honorários contratuais no percentual de 5% sobre esse valor.

No fim de junho foram expedidos os precatórios, o do Condomínio no valor final de **R\$ 5.309.194,91 (cinco milhões trezentos e nove mil cento e noventa e quatro reais e noventa e um centavos)**, abatido o percentual de 5% dos honorários contratuais (R\$ 279.431,21). Será dada continuidade ao feito principal com retorno ao contador para novos cálculos e aguardada decisão judicial sobre a parte controversa. Em 22/07/2021 foram juntados ofícios do Gabinete da Presidência (Departamento de Precatórios) solicitando informações a serem prestadas pelo Juízo, o que não afeta a ordem já assegurada com o protocolo dos Precatórios expedidos em junho de 2021. O precatório recebeu o **nº 2021.06518-3**. Na ordem cronológica consta como o de nº 136.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Portal do conhecimento

Gerado por: Consulta Pública

1

13/10/2021

Ente Devedor MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO e Afins (1 precatórios)

Precatório 2021.06518-3

Prioridades Sem Prioridades, Pessoa Portadora de Deficiência, Doença Grave, Idoso.

Ordem	Entidade Devedora	Protocolo	Precatório	Situação	Proc. Originário	Natureza	Ano	Priori.	Valor Histórico
136º	MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO	29/06/2021 15:40:59	2021.06518-3	Ativo	0036762-76.2015.8.19.0004	Comum	2022		R\$5.309.194,91

3. PROCESSO Nº 0026338.08.2016.8.19.0014

Comarca de Campos dos Goytacazes-2ª Vara Cível

Autor: ORIENTE CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA

Réu: Município de Campos dos Goytacazes

Ação Distribuída em 04/10/2016

Crédito em Precatório: posição 141 (ordem geral)

valor bruto em 31/03/2018: R\$ 9.958.269,01 (incluídos honorários)

Em 06/05/2020 foi protocolada petição juntando cópia da cessão do crédito ao Condomínio de Credores e requerendo a expedição do precatório em nome do CONDOMÍNIO. Em 11/05/2020 foi expedido o ofício para o precatório definitivo. Foi proferida decisão no processo do precatório para apresentação de instrumento público de cessão de direitos creditórios. Recebida a escritura, foi apresentada petição nos autos do **precatório 2020.02047-0**, em 05/01/2020, juntando o documento solicitado. Permanece com fase atual: "encaminhar precatório". OBS: *Caso não efetuado o pagamento até 31/12/2021, voltam a correr juros e correção a partir de 01/01/2022.*

Expedida intimação no precatório para as partes se manifestarem sobre a cessão de crédito, foi informado que a cessão realizada por escritura pública expressa o que foi acordado entre a cedente ORIENTE, o CONDOMÍNIO e advogados (*juntada 03/08/21*).

Ordem	Entidade Devedora	Precatório	Situação	Processo Originário	Natureza	Orçamento	Prioridade	Valor Histórico
141º	MUNICÍPIO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES	2020.02047-0	Ativo	0026338-08.2016.8.19.0014	Comum	2021		R\$9.958.269,01

4. PROCESSO Nº 0065208-49.2005.8.26.0100

2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Foro Central Cível da Comarca de São Paulo/SP.

Falido: Banco Santos S/A – Massa Falida

DADOS INFORMATIVOS

Credor: Credores Interessados na Falência do Banco Santos S/A

Ação distribuída em 17/06/2005.

Comunicada a cessão do crédito ao Condomínio (*p. 35196*) e pleiteado que o pagamento dos rateios fosse realizado mediante depósito na conta do Condomínio. Em 18/03/2021, proferida decisão (*fls. 36413*) autorizando a alteração da relação de credores (inclusão do Condomínio) e determinando o pagamento dos rateios já aprovados. Em 01/04/2021 foi depositado crédito no valor de R\$ 401.560,59 (incluindo o 7º rateio) na conta do Condomínio. Realizadas alienações de alguns bens, cotas da CPI que atingiram o valor de R\$ 7.296.794,12 e houve homologação pelo Juízo (*fls. 41820*). Não há previsão de quando será feito o próximo rateio, mas o administrador judicial vem tomando as medidas necessárias para que a massa falida possa efetuar o pagamento aos credores quirografários.

Bragança Soares Advogados
CNPJ nº 17.439.066/0001-85